

No Havai, Brasil pede a mais de 200 bancos apoio ao novo pacote

A delegação brasileira chefiada pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, explicou terça-feira, na conferência de banqueiros dos Estados Unidos, que se realiza no hotel Waikiki, em Honolulu, a situação da dívida externa do País e solicitou apoio ao pacote de reescalonamento de US\$ 11,5 bilhões, aprovado pelo comitê assessor, que inclui US\$ 8,5 bilhões em novos empréstimos.

A sessão de noventa minutos a portas fechadas, assistida por mais de duzentos banqueiros norte-americanos, faz parte de uma viagem por seis cidades, através do mundo, que a delegação de Pastore realiza para obter aprovação ao programa de reescalonamento dos oitocentos bancos credores do Brasil.

No entanto, alguns bancos menores relutam em endossar a aprovação ao plano, dada pelo comitê.

O "chairman" do Chase Manhattan Bank, William Bitcher, disse que, embora nem todos os banqueiros o aprovem, a grande maioria tem apoiado o esforço de refinanciamento do governo do presidente João Figueiredo, "e eu espero que continue". "Eles não gostam particularmente (do plano, mas o colocarão em vigor. Acho que fizemos algum progresso. A pior coisa que podemos fazer agora é pular fora do barco), quando estamos tão perto do litoral", acrescentou.

Após a reunião, Pastore disse à imprensa. "Saiu bem. Trabalhamos e progredimos. Acho que a coisa vai para a frente".

Jack Davis, vice-

presidente executivo do United Bank, do Arizona, disse: "Há muitas perguntas que terão de ser respondidas. Mas eu diria que é provável que decidamos aceitá-lo (o plano)".

Outros banqueiros se mostraram também otimistas e com a certeza de que os mais de oitocentos bancos credores do Brasil darão sua aprovação ao plano de reescalonamento. "Acho que se pode fazer e acho que se fará", disse um funcionário do Manufacturers Hanover Trust, de Nova York, que é o anfitrião da Conferência. No entanto, salientou que "muitos bancos participam e muitas dúvidas devem ser esclarecidas".

Na reunião, Pastore, William Dale, vice-diretor do Fundo Monetário Internacional, e William Rhodes,

vice-presidente do Citibank e do comitê assessor, explicaram os termos do novo pacote de refinanciamento e as medidas de austeridade econômica tomadas pelo governo Figueiredo.

"O principal é que se faz numa atmosfera profissional", comentou Luther Hodges, presidente do National Bank, de Washington. Disse que o motivo pelo qual alguns banqueiros estão indecisos sobre a concessão de novos empréstimos se deve à crítica do público norte-americano à sua participação em créditos internacionais, além de seu temor adicional de que as autoridades bancárias possam admoestá-los. "Pessoalmente, isso não me importa", sustentou Hodges.

Débito de curto prazo cai no 1º trimestre

por Célia de Gouvêa Franco de Brasília

A substituição de empréstimos-ponte de curto prazo por créditos de longo prazo, bem como a liberação de uma parcela do projeto 1 do esquema de renegociação da dívida externa, foi a principal razão para a queda da dívida de curto prazo, não registrada, no primeiro trimestre deste ano. Dos US\$ 13,553 bilhões observados no final de 1982, passou-se a US\$ 10,849 bilhões em março — que representavam, então, 12,6% do total da dívida externa brasileira de US\$ 85,960 bilhões, segundo informa o Banco Central através do seu boletim informativo referente a setembro, divulgado na terça-feira. Esta é a primeira vez que o BC discrimina todas as contas da dívida de curto prazo.

Os bancos comerciais brasileiros eram os principais responsáveis pela dívida de curto prazo, com suas operações internacionais feitas basicamente através das agências, no exterior. Assim, a dívida líquida dessas instituições atingia US\$ 3,945 bilhões ao final de março (US\$ 4,306 bilhões em dezembro último), sendo que as obrigações dos bancos no exterior somavam bem mais — US\$ 6,207 bilhões. Essa conta era parcialmente compensada pelo que os bancos tinham a receber (US\$ 2,262 bilhões em março).

As operações de financiamento de operações comerciais também representam um valor muito significativo, totalizando US\$ 4,401 bilhões em março, sendo que US\$ 3,876 bilhões se referiam então a linhas de crédito concedidas para a importação de petróleo pelo Brasil. O restante da dívida de curto prazo era constituído por "operações especiais", na classificação do Banco Central. São os empréstimos de emergência concedidos no final do ano passado para ajudar o País a fechar suas contas: US\$ 1,153 bilhão de empréstimos-ponte dos bancos privados; e US\$ 1,050 bilhão do crédito do BIS.

Fim do descanso dos banqueiros

Centenas de banqueiros norte-americanos, muitos dos quais pensaram que voar para a Convenção da American Bankers Association (ABA) no Havai fosse uma possibilidade de fugir dos problemas das dívidas do Terceiro Mundo, foram convocados terça-feira a fornecer mais dinheiro para o Brasil.

A delegação brasileira, chefiada pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, estava reunindo-se a portas fechadas com banqueiros no Hotel Waikiki a fim de solicitar apoio a um pacote de refinanciamento que inclui US\$ 6,5 bilhões em novos empréstimos.

A viagem dos brasileiros ao Havai é parte de uma excursão por seis cidades do mundo para obter aprovação ao novo programa de refinanciamento junto aos 800 bancos credores do Brasil.